CÂ¢mara dos Deputados Impresso em 17/02/2009 13:34 - PÂ¡gina 27 de 40

to suas próprias vidas por uma razão superior de ser, àqueles que agonizam nos cárceres. (Palmas.) Por que não o entendimento, de tal maneira que o General Figueiredo, amanhã, recebesse os Líderes da ARENA e do MDB no Senado e na Câmara? Por que não acontecer isto, uma hora de amor, após 15 anos de tantos arbítrios? Por que não acontecer uma hora de amor? Por que não se reunirem os homens de notável e santo saber deste País, os Líderes, os Presidentes da Câmara e do Congresso Nacional, D. Evaristo Arns, juristas como Faoro, figuras ilustres da Pátria, no Palácio do Planalto — por que não? — numa hora de amor pela vida daqueles cidadãos reprimidos na sua liberdade de, com plenitude espiritual, lutarem pelas suas idéias e pelas suas causas? Por que não se encontrarem amanhã, quando esta Casa vai votar a anistia, e não decidirem sobre a liberdade para esses que estão em perigo de vida? Por que o General Figueiredo não mostra a imensa dimensão do seu patriotismo e da sua coragem cívica e não convoca um conselho de homens notáveis para libertar, amanhã mesmo, os que agonizam no xadrez, na cadeia? Que exemplo para o mundo o Brasil daria. Não importa aqui, meus patrícios, o Governo radicalizar em torno do seu projeto e a Oposição em torno das suas alterações. Por que não encontrar uma solução de emergência para este momento, quando já estão quase condenados à morte — e isto foi dito aqui, em frente ao Congresso — dois patrícios nossos, na cadeia? Por que não uma hora de amor neste País? Este País está precisando de amor. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Paulo Torres.

O Sr. Fernando Coelho — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)— Tem a palavra V. Exª

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acaba de chegar às mãos da Liderança do MDB carta dirigida ao Sr. Presidente da República por parentes de presos políticos mortos ou desaparecidos, com o pedido de que a mesma Liderança dê ciência do seu teor ao Congresso Nacional.

A carta é a seguinte, Sr. Presidente:

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1979.
Exmo. Sr.
General João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

CARTA ABERTA

Os parentes de presos políticos mortos e/ou "desaparecidos" desde 1964 reunidos no Encontro Nacional dos Atingidos pela repressão política, realizado em 11/12 de agosto, no Rio de Janeiro, vêm expor a V. Exª o que segue:

Nós que há anos estamos travando uma árdua e dolorosa luta pela elucidação das mortes e desaparecimentos ocorridos nos órgãos de repressão política do regime, com a devida e conseqüente responsabilização judicial dos autores e executores de tais crimes, consideramos, no momento em que a Nação debate a questão da anistia, que V. Exª é certamente a pessoa mais indicada para colocar, de uma vez por todas, um ponto final nesta nossa luta. E isto por V. Exª ter ocupado nos dois últimos governos, respectivamente os cargos de Chefe do Gabinete Militar da Presidência e Chefe do SNI, tendo certamente tomado conhecimento desses fatos que tanto nos preocupam e envolvem.

Portanto, tendo acompanhado de perto todos estes acontecimentos, para nós ainda obscuros, V. Exª certamente haverá de convir que seu projeto de anistia não só passa por cima de tão graves fatos, como o que é pior, tenta deixar impunes os torturadores-assassinos de nossos parentes. A nebulosa referência a "crimes conexos" para nós, é uma clara tentativa de anistiar previamente tanto esses assassinos como aos seus crimes, universalmente condenados.

A absurda referência a "crimes de sangue" e a caracterização de "terroristas" é uma clara tentativa de confundir a opinião pública na medida em que inverte os papéis, inocentando os cruéis e frios torturadores-assassinos, estes sim terroristas e denegrindo a luta justa e verdadeira desenvolvida pelos opositores ao regime.

A proposta de concessão de um atestado de "paradeiro ignorado" para os "desaparecidos" não esclarece a questão e em nada nos favorece, pelo contrário, tenta sepultar nossa luta de anos, reduzindo-a a uma mera e odiosa formalização burocrática, totalmente inócua, e o que é pior, demonstrando a intenção do poder executivo de se eximir de qualquer responsabilidade, ocultando os fatos e protegendo os envolvidos.

Em vista de tudo isto reafirmamos nossa disposição de continuar lutando:

PELA ELUCIDAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL DAS MORTES E "DESAPARECIMENTOS OCORRIDOS"
PELO FIM DO APARATO REPRESSIVO
PELA REABILITAÇÃO DA MEMÓRIA DE NOSSOS MORTOS
POR UMA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA."

Assinam dezenas de parentes de mortos e desaparecidos. (Palmas prolongadas.)

Sr. Presidente, antes de concluir esta comunicação de Liderança, deseja o Movimento Democrático Brasileiro trazer ao conhecimento do Congresso Nacional e da Nação brasileira mais uma violência entre as muitas repetidas no dia de hoje e, desta tribuna, denunciadas por esta Liderança.

Em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, foram presos ilegalmente pelo Departamento de Polícia Federal, na madrugada, identificados, interrogados e, durante a tarde, soltos, pelo simples e único motivo de participarem do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, os seguintes membros do Comitê Brasileiro pela Anistia de Juiz de Fora: Carlos Alberto Pavan, Presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora; a Sra. Miriam Delgado, Tesoureira do mesmo DCE; Sandra Silva Pereira, Luiz Antônio do Vale e Regina Bonfati.

São mais algumas violências, Sr. Presidente, que se somam às muitas outras que vimos denunciando desta tribuna e que atestam apenas um fato: a anistia está sendo conquistada pelo povo, nas praças e nas ruas, e este mesmo povo há de, um dia, conquistá-la em sua inteireza, ampla, geral e irrestrita, como a reclama a Nação brasileira. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Torres.

O SR. PAULO TORRES (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de ouvir a declaração de que a anistia está sendo conquistada nas praças públicas. Ouvi, há pouco, a palavra vibrante do valoroso representante do Rio Grande do Sul, Deputado Getúlio Dias, falando em nome do Movimento Democrático Brasileiro.

Sou membro da Aliança Renovadora Nacional, mas não concordo, absolutamente, com o substitutivo aqui apresentado pelo nobre Relator. (Muito bem! Palmas.)

O Presidente da República, ao mandar a esta Casa o projeto de anistia, declarou à imprensa que cabia ao Congresso melhorá-lo. O relator apresentou substitutivo. Não sei se melhorou o projeto governamental, ou se o piorou. Com ele, entretanto, não concordo.

Apresentei, Sr. Presidente, uma emenda. E tenho autoridade moral para fazê-lo, chefe que fui do Estado-Maior das Forças Revolucionárias; fui chefe do Estado-Maior do I Exército da Revolução. Mas não concordo absolutamente em que se recuse ao povo brasileiro a anistia de que ele está a reclamar. (Muito bem! Palmas.)

Antes de ler a minha emenda, passarei a fazer um histórico das nossas anistias no Brasil:

Em 1897, o Decreto nº 2.674, de 16-11-1879, manda reverter oficiais da Revolução Federalista e Revolta da Armada, os Almirantes Wandenkolk, Jaceguai e Alexandrino. Em 1905 — a vacina obrigatória —, pelo Decreto nº 1.373, volta ao Exército o Cadete Eurico Dutra, depois Presidente da República. Em 1930, pelo Decreto nº 19.395, a reversão, regulada pelos Decretos nºs 19.406 e 19.551, atinge militares que participaram de movimentos de 1922, 1924 e 1927. Entre esses estou eu, e voltaram e cursaram os Tenentes Eduardo Gomes, relíquia de nossa Pátria; Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Nélson de Melo, Estilac Leal, Macedo Soares, Alcides Etchgoyen e outros, e os Tenentes Juracy Magalhães, Jurandir Bizarria Mamede, Agildo Barata e muitos mais.

Em 1934, voltam à atividade o Cel. Euclides Figueiredo, pai do atual Presidente da República, e o Alm. Paulo Suzano, cassado em 1974. Em Jacareacanga todos foram anistiados e em Aragarças também. Pode-se ver que a História de nossa Pátria abriga de um modo amplo muitas figuras ilustres que participaram de movimentos subversivos.

Era aluno da Escola Militar e o Mal. Hermes havia sido preso. Agitava-se a campanha, a luta presidencial entre Nilo Peçanha e Artur Bernardes. Entrei na Revolução. O General que presidia o inquérito apresentou-me três listas, dizendo: "Se você assinar na lista de inconsciente, continua a sua car-